Direcção Geral das Contribuições e Impostos**4.ª Repartição Central****Pessoal**

Para os devidos efeitos se publicam as seguintes rectificações ao mapa anexo ao decreto n.º 9:189, publicado no *Diário do Governo* n.º 225, 1.ª série, de 23 de Outubro de 1923.

	Quadro actual	Aumento
No distrito de Bragança:		
Concelho de Vila Flor	1	1
No distrito de Faro:		
Concelho de Lagos	2	1
No distrito da Guarda:		
Concelho de Pinhel	2	1
Concelho de Trancoso	2	1
No distrito de Viana do Castelo:		
Concelho de Caminha	2	1
No distrito de Viseu:		
Concelho de Tarouca, em vez de Tabuaço	1	1
Concelho de Viseu	5	2

Paços do Governo da República, 8 de Dezembro de 1923.—O Ministro das Finanças, *Francisco Pinto da Cunha Leal*.

MINISTÉRIO DA MARINHA**Majória General da Armada****Repartição do Pessoal****Portaria n.º 3:839**

Considerando que o decreto n.º 9:221, de 6 de Novembro do ano corrente, que melhora os vencimentos do pessoal fabril dos Arsenais do Exército e da Marinha e da Fábrica da Cordoaria Nacional, não se refere ao pessoal fabril em serviço no Hospital da Marinha, proveniente do Arsenal da Marinha: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, que ao pessoal fabril do quadro do referido Hospital sejam tornadas extensivas as disposições do citado decreto n.º 9:221.

Paços do Governo da República, 10 de Dezembro de 1923.—O Ministro da Marinha, *Joaquim Pedro Vieira Júdice Bicker*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares****1.ª Repartição**

Por ordem superior se faz público que a Legação da Suíça notificou em 4 do corrente a adesão da Palestina ao acôrdo relativo à permutação das cartas e caixas com valor declarado, assinado em Madrid a 30 de Novembro de 1920.

Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares, 7 de Dezembro de 1923.—O Director Geral, *A. de Oliveira Soares*.

Por ordem superior se faz público que a Legação de Portugal em Paris comunicou, em 3 do corrente, que a

República dos Estados Unidos da América do Norte ratificou, em 24 de Outubro de 1923, a Convenção Internacional, assinada em Sèvres em 6 de Outubro de 1921, modificando a Convenção assinada em Paris a 20 de Maio de 1875, para garantir a unificação internacional e o aperfeiçoamento do sistema métrico e o regulamento anexo à mesma Convenção.

Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares, 6 de Dezembro de 1923.—O Director Geral, *A. de Oliveira Soares*.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E COMUNICAÇÕES**Administração Geral dos Serviços Hidráulicos****Repartição dos Serviços Fluviais e Marítimos****Decreto n.º 9:283**

Considerando que a aplicação da lei n.º 971, impedindo o preenchimento de vagas que têm ocorrido nos respectivos quadros; impõe a sua redução, onde possa fazer-se;

Considerando que no quadro da Secção Hidráulica do Funchal é possível, sem prejuizo dos serviços, dispensar um chefe de conservação, um escriturário de 2.ª classe, e um apontador de 2.ª classe, funcionários estes que podem ser colocados noutros serviços onde é já sensível a falta de pessoal:

Hei por bem, sob proposta do Ministro do Comércio e Comunicações e no uso das faculdades que me são conferidas pela Constituição Política da República Portuguesa, decretar o seguinte:

Artigo 1.º O quadro do pessoal da Secção Hidráulica do Funchal é constituído por: um engenheiro de 1.ª classe; um engenheiro auxiliar de 2.ª ou 3.ª classe; três chefes de conservação; 2 escriturários de 2.ª classe e um servente.

Art. 2.º Os funcionários que prestavam serviço na referida secção, e que, feita a colocação do pessoal respectivo, excedam o quadro fixado no artigo anterior continuarão a desempenhar as funções que lhes competem nos lugares onde as necessidades de serviço aconselham a sua colocação nos termos da legislação em vigor.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro do Comércio e Comunicações assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 10 de Dezembro de 1923.—*MANUEL TEIXEIRA GOMES — Pedro Góis Pita*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO**Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos****Repartição de Minas****Portaria n.º 3:840**

Tendo em vista que pela condição 4.ª da portaria n.º 3:303, de 25 de Agosto de 1922, que regula o número dos médicos adjuntos em harmonia com a frequência das estâncias hidro-minerais, foram exceptuados os médicos externos das Caldas de Vizela, os quais estavam ao abrigo da portaria de 30 de Junho de 1920;

Atendendo a que os médicos externos das Caldas de Vizela, mais que quaisquer outros, têm o conhecimento e proficiência da clínica hidrológica, para poderem ser aprovados médicos adjuntos de qualquer estância hidro-mineral;

Atendendo a que os referidos médicos não poderão ser propostos para adjuntos, em vista do que dispõe a já referida portaria n.º 3:303, de 25 de Agosto de 1922:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro, interino, do Trabalho, que seja revogada a condição 4.ª da portaria n.º 3:303, de 25 de Agosto de 1922, ficando os médicos externos das Caldas de Vizela ao abrigo da mesma, e tendo direito às disposições que ela insere.

Paços do Governo da República, 10 de Dezembro de 1923.—O Ministro do Trabalho, interino, *Pedro Góis Pita*.

—o—

**Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios,
e de Previdência Geral**

**Direcção dos Serviços da Tutela dos Organismos de Assistência Pública
e Beneficência Privada**

—

Decreto n.º 9:284

Atendendo ao que expôs a comissão administrativa do Hospital de D. Leonor, das Caldas da Rainha, sobre a

conveniência de serem modificadas as disposições do decreto n.º 8:258, de 11 de Julho de 1922, que regulamentam a chamada época do inverno do Clube de Recreio do referido Hospital:

Hei por bem, sob proposta do Ministro do Trabalho, decretar o seguinte:

a) Fica em pleno vigor o artigo 1.º do decreto n.º 8:258, de 11 de Julho de 1922;

b) Durante a época designada naquele aludido artigo a direcção, gerência e administração do mesmo Clube continuam a cargo da comissão administrativa do Hospital de D. Leonor, podendo esta alterar e fixar os preços dos diversos divertimentos e jogos, sempre que assim o entenda e que o julgue necessário aos interesses do Clube;

c) Fica revogada a legislação em contrário e em especial os artigos 2.º a 9.º, inclusive, do citado decreto n.º 8:258, de 11 de Julho de 1922;

d) Este decreto entra imediatamente em vigor.

O Ministro do Trabalho assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 10 de Dezembro de 1923.—**MANUEL TEIXEIRA GOMES**—*Pedro Góis Pita*.